

## **A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS: CARACTERIZAÇÃO DAS PROFESSORAS<sup>1</sup>**

**Deborah Thomé Sayão FURG/UFSC  
Maria Renata Alonso Mota FURG/UFPEL**

O debate que nos últimos anos vem se desenvolvendo a nível nacional e também no âmbito internacional sobre a educação das crianças de 0 a 6 anos motivou-nos a investigar a caracterização das crianças, profissionais e as instituições que compreendem esta faixa etária na área de abrangência do município do Rio Grande-RS.

O Simpósio Nacional de Educação Infantil ocorrido em Brasília em 1994 também foi um dos elementos que contribuiu significativamente para o delineamento desta investigação denominada “Caracterização da Educação Infantil no município do Rio Grande/RS” que iniciou no final de 1997 e se estendeu até meados de 1999 em sua primeira etapa<sup>2</sup>. No primeiro momento coletamos os dados e analisamos a situação das crianças e das instituições<sup>3</sup>. As conclusões apontadas revelavam a carência de políticas públicas para o setor no município estudado, sendo que um dado alarmante era a inexistência de atendimento público para a faixa etária de zero a três anos.

Sabemos que a problemática do perfil da profissional que atua na Educação Infantil, aliado à diversidade de propostas pedagógicas que vem sendo implementadas pelo país afora complexificam o tema, principalmente quando a bibliografia nacional e internacional afirma que a integração entre o cuidado e a educação deve ser a tônica das propostas para a área. Esta questão tem levado a diferentes perguntas, tais como: Quem é o(a) profissional de educação infantil? É o(a) professor(a)? Como deve ser sua formação?

Diante disso, desenvolvemos a II etapa da Pesquisa analisando a situação destas profissionais em relação a: número de educadoras por rede; turno de atendimento; faixa etária; tempo de serviço; formação; vínculo empregatício e salários.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo PIBIC/CNPq que contou com a participação dos(as) bolsistas de Iniciação Científica: Andréa Marques Soares(FURG); Antonio Cesar Esperança(FURG); Karyne Dias Coutinho(FURG); Patrícia Pereira da Silva(PIBIC/CNPq); Sabrina Ferreira de Souza(FURG).

<sup>2</sup> Durante o desenvolvimento desta primeira etapa, esta pesquisa também contou com a participação da Profa. Ana Cristina Coll Delgado

Realizamos um levantamento quantitativo sobre a educação de zero a seis anos no município do Rio Grande/RS, já que os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio) eram insuficientes para informar a situação especialmente naquilo que concerne à formação das profissionais que atuam na faixa etária em questão. Além deste fator, muitos dados acerca do tema estão dispersos em órgãos como Secretarias de Educação de estados e municípios e Delegacias de Ensino, impossibilitando, assim, que se consiga vislumbrar um mapa mais global da situação.

No decorrer da pesquisa nos propusemos a realizar uma análise qualitativa dos dados quantitativos basendo-nos em Cunha (1993); André(1995) e Gamboa(1995). Para estes autores a pesquisa não deve se limitar a seleção de um método, pois a realidade complexa e multifacetada impõe que quantidade e qualidade estejam imbricados na análise de uma mesma realidade, sempre que se fizer necessário.

Para a coleta dos dados, tomamos como ponto de partida, os módulos desenvolvidos pelo NEE/UFSC (Núcleo de Educação de zero a seis anos da Universidade Federal de Santa Catarina) e, a partir destes, construímos módulos que se adaptaram à nossa região.

Selecionamos bolsistas de iniciação científica do Curso de Pedagogia Pré-Escola e do Curso de Matemática da FURG, reunimos e estudamos o referencial teórico, discutimos a aplicabilidade dos instrumentos de pesquisa e iniciamos as visitas às instituições.

Os dados coletados tomaram a totalidade das instituições educativas (estaduais, municipais e não-governamentais<sup>4</sup>). Em relação às particulares, salientamos que não foram visitadas em sua íntegra em função da inexistência de um cadastro unificado das mesmas. Para tal, o procedimento tomado por base para a coleta de dados foi o seguinte: visitamos todas as instituições constantes em nosso cadastro e, toda vez que as pesquisadoras se deparavam com uma instituição desta natureza, solicitavam o preenchimento dos módulos.

Os dados abrangeram a diversidade de profissionais que atuam no âmbito da educação de zero a seis anos e, a princípio, incluiríamos na análise esta diversidade: professoras, auxiliares de sala, professor(a) de educação física e/ou artes, supervisão e/ou

---

<sup>3</sup> Os dados conclusivos desta primeira etapa foram apresentados na 22ª Reunião da ANPEd realizada em Caxambu/MG em 1999 e o texto integral foi aceito para publicação na Revista Momento nº12 do Departamento de Educação e Ciências do Comportamento da FURG.

<sup>4</sup> Com a denominação “não-governamentais” agrupamos todas as instituições que se declararam sem fins lucrativos de cunho beneficente ou assistencial.

coordenação pedagógica, orientador(a) educacional, direção, vice-direção, secretaria, enfermagem, volantes e outros casos. Porém, neste momento, estamos privilegiando a situação das professoras.

Neste estudo foram pesquisadas 48 professoras da rede estadual; 70 da rede municipal; 84 da rede particular e 21 da rede não-governamental.(ver gráfico 01 em anexo)

Quanto a faixa de idade das professoras, constatamos que na rede não-governamental 47% e, no município 47% das docentes, possui entre 31 e 40 anos. Já na rede particular a maioria possui entre 21 e 30 anos (59%). Verificamos, também que um número significativo destas, nas redes particular (11%) e não-governamental (10%) possui menos de 20 anos de idade. Este fato nos leva a questionar: qual a formação que as mesmas possuem para atuar com crianças de tão pouca idade? Em que condições este trabalho está sendo realizado? Há parâmetros para a avaliação do trabalho que vem sendo desenvolvido?

Na rede estadual, não há professoras com menos de 20 anos e há uma equivalência entre as idades, pois há 35% com 31 a 40 anos e 33% com idade entre 41 e 45 anos.(ver gráfico 02 em anexo)

Em relação ao tempo de serviço das professoras, no estado (67%); no município (78%); na rede não-governamental (90%) concentram entre menos de 1 até 10 anos de trabalho. Somente de 3% a 5% possui mais de vinte anos de experiência. (ver gráfico 03 em anexo) Além disso, os módulos demonstram que, no caso da rede particular e da não-governamental, há uma evidente concentração da experiência localizada entre até um e dois anos. Isto nos leva a supor que exista uma certa rotatividade das profissionais, principalmente, quando cruzamos este dado com os salários que recebem.

Quanto a formação das professoras, os dados revelam uma situação bastante preocupante, tendo em vista que em todas dependências administrativas, a categoria “outros” contempla a maioria das docentes. No caso, “outros” refere-se desde a formação em 1º grau completo até cursos de graduação incompletos. Estes percentuais relacionados à categoria “outros” podem ser assim demonstrados: 47% estadual; 48% municipal; 55% particular e 57% não-governamental. Quanto ao curso de magistério, encontramos os seguintes dados: 13% na rede estadual; 29% na municipal; na particular 27% e na esfera não-governamental 33%. Salientamos que é um número pequeno de educadoras que possui o Curso de Pedagogia com Habilitação Pré-escola ou Educação Infantil, pois são: 13% no

estado; 9% no município, 11% na particular e 5% na não-governamental. Há, também a categoria “3º grau outros”, onde encontramos professoras graduadas em Geografia, História, Educação Artística, Oceanologia, Letras, entre outros (ver gráfico 04 em anexo)

Considerando que na rede estadual, até o presente momento, não há concurso específico para professoras de Educação Infantil e, na rede municipal, em janeiro de 2000, pela primeira vez foi realizado tal concurso, podemos justificar a existência das profissionais sem habilitação específica atuando com as crianças pequenas.

Quanto ao vínculo empregatício das docentes, na rede estadual, são regidas pelo estatuto público do magistério e, no município, a maioria também é regida por estatuto próprio apesar de termos encontrado 23 professoras que possuíam vínculo com a CLT. No entanto, esta situação deverá ser modificada tão logo se iniciem as nomeações dos(as) aprovados(as) no concurso.

Na rede não-governamental, a maioria possui contrato CLT e há, também, algumas cedências da prefeitura. Além destes, existem contratos como estagiárias via CIEE (Centro de Integração Empresa-escola) e, ainda uma categoria que as próprias professoras denominaram “contrato não-especificado”. Preocupa-nos os dois casos porque no primeiro, as professoras são contratadas como estagiárias e assumem turmas como profissionais e, no segundo, muitas profissionais desconhecem seus direitos sociais.

Na rede particular a diversidade de tipos de contratações é ainda maior. Apenas 29% das professoras possui contrato CLT, aumentando o número das que possuem contrato CIEE e também o denominado “contrato não-especificado”. É importante ressaltar que um número considerável de professoras (19%) não informou o tipo de vínculo que mantinham com a instituição. (ver gráfico 05 em anexo)

Se juntarmos os percentuais obtidos nos diversos tipos de contratos (não-especificado, não informou, CIEE e terceirizado) e cruzarmos com o percentual de professoras que tem carteira assinada ou contrato via CLT, perceberemos que a situação é bastante alarmante, tendo em vista que esta é uma questão que incide diretamente nas condições de salário e trabalho destas profissionais.

Quanto aos salários, tendo como referência o salário mínimo vigente em 1998, no município, a grande maioria das professoras recebe entre um e dois salários mínimos, sendo

que menos de 20 profissionais recebe entre dois e três salários mínimos. Na rede estadual há uma pequena alteração, pois a maioria recebe entre dois e três salários mínimos.

Ao analisarmos a distribuição de salários das professoras das instituições não-governamentais e particulares o quadro torna-se ainda mais complexo. Nas instituições não-governamentais existe uma equivalência no número de professoras que recebe entre um e dois salários mínimos e as que recebem menos de um salário mínimo. É importante salientar que nestas instituições não foram encontradas professoras que recebessem acima de dois salários mínimos.

Nas instituições particulares foram encontradas mais de 40 profissionais com o salário na faixa de um a dois salários mínimos. Algumas recebem menos do que um salário mínimo. Há, também, um número significativo de professoras que não informou o quanto recebiam. (ver gráfico 06 em anexo).

Diante do exposto percebemos que a caracterização das professoras de Educação Infantil no município do Rio Grande/RS revela que o momento exige políticas públicas de investimento e financiamento da educação de zero a seis anos que se traduza em qualidade de atendimento. Esta qualidade perpassa por uma melhoria das condições de trabalho, salário e formação. Os estudos e pesquisas realizados na área em nível nacional apontam para a importância da formação profissional da educadora infantil como uma estratégia eficaz para a melhoria do atendimento às crianças de zero a seis anos.

Portanto, há necessidade urgente de incentivo e financiamento, por parte do poder público, de ações que viabilizem a formação em serviço e continuada das profissionais que atuam com crianças pequenas. Para isso, acreditamos, que possam ser realizadas parcerias entre os órgãos que financiam a Educação Infantil e as universidades garantindo uma formação que tem como eixo a docência de forma indissociável com a pesquisa.

Aliado a isto, está a necessidade de regulamentação e fiscalização do credenciamento e do funcionamento das instituições de zero a seis anos, tendo em vista que no município pesquisado já foi aprovado o Sistema Municipal de Ensino. Esta ação torna-se importante, principalmente se levarmos em conta que na rede particular a situação é muito complexa. O número de “escolinhas” prolifera-se a cada dia, com profissionais que recebem baixos salários e sem formação específica.

## A EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE/RS: CARACTERIZAÇÃO DAS PROFESSORAS

*Deborah Thomé Sayão – FURG/UFSC*

*Maria Renata Alonso Mota – FURG/UFPeI*

**OBJETIVO:** Investigar a situação das professoras que atuam em instituições de zero a seis anos e na área de abrangência do município do Rio Grande/RS.

**METODOLOGIA:** Levantamento quantitativo que desencadeou análises de cunho qualitativo, considerando as seguintes temáticas, nas diferentes instâncias (estaduais, municipais, particulares e não-governamentais) :

- ◆ Número de docentes;
- ◆ Faixa etária;
- ◆ Tempo de serviço;
- ◆ Formação;
- ◆ Vínculo empregatício;
- ◆ Salários.

### CONCLUSÕES:

(espaço para os gráficos)

Os dados evidenciam:

- ◆ Necessidade de implantação de políticas públicas para a formação das professoras;
- ◆ Necessidade da regulamentação do credenciamento e funcionamento das instituições educativas.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRÉ, M. **Etnografia da Prática Escolar**. Campinas SP: Papyrus, 1995.
- CERIZARA, Ana Beatriz. **A construção da identidade das profissionais de educação infantil: ente o feminino e o profissional**. Tese (Doutorado). São Paulo :FE/USP, 1996.
- CUNHA, Maria Isabel. In: OLIVEIRA, Maria Rita Salles (org.) **Didática: Ruptura, Compromisso e pesquisa**. Campinas, SP: Papyrus, 1993.
- GAMBOA. Silvio S.(org.). **Pesquisa Educacional: Quantidade – Qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- IV SIMPOSIO LATINO AMERICANO DE INVESTIGACION Y EVALUACION DE PROGRAMAS DE DESARROLLO INTEGRAL PARA NINOS DE O A 6 ANOS (Documento final). Brasília, Noviembre / 25 a 29 de 1996.
- KUHLMANN Jr. Educação Infantil e Currículo. In FARIA, Ana L e PALHARES, Marina. (orgs), (1999) **Educação Infantil Pós-LDB: Rumos e Desafios**. Campinas/ SP: Autores Associados, São Carlos/SP: Ed da UFSCAR e Florianópolis/SC: Ed da UFSC, 1999.
- MACHADO, Maria L. **Formação profissional para educação infantil: subsídios para idealização e implementação de projetos**. Tese (Doutorado). São Paulo: PUC/SP, 1998.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO.(1994) **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. COEDI, Brasília.
- ROCHA, Eloisa A e FILHO, João J. **Creches e pré-escolas: diagnóstico das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis**. Florianópolis/SC, *Perspectiva*, v.15, n28, p 105-155, jul/dez 1997.
- SAYÃO, Deborah T. Delgado, Ana C. e Mota, Maria R. **A Educação Infantil no município do Rio Grande/RS: caracterização das crianças e instituições**. Rio Grande/RS, *Revista Momento*, nº 12 DECC/FURG, 2000. (no prelo)
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA/CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO/NÚCLEO DE EDUCAÇÃO DE ZERO A SEIS ANOS. **Módulos da Pesquisa: “O caráter da educação de zero a seis anos em Florianópolis” 1996 (mimeo)**

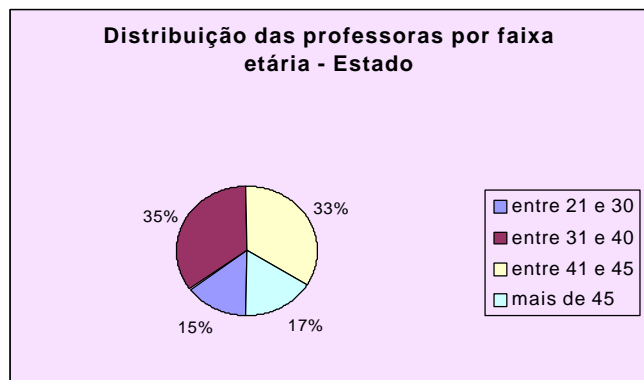
## GRÁFICOS E TABELAS

**Gráfico 01 – Professoras por dependência administrativa**



Fonte: NEPE/DECC/FURG

**Gráfico 02 - Distribuição das professoras por faixa etária**



Fonte: NEPE/DECC/FURG

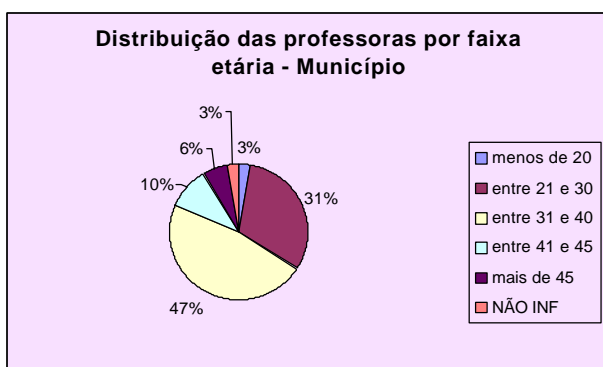


Fonte: NEPE/DECC/FURG



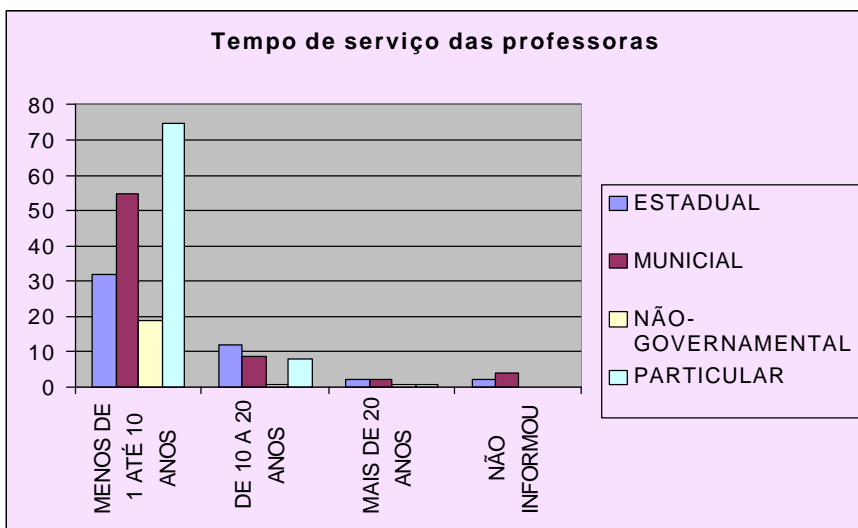


Fonte: NEPE/DECC/FURG



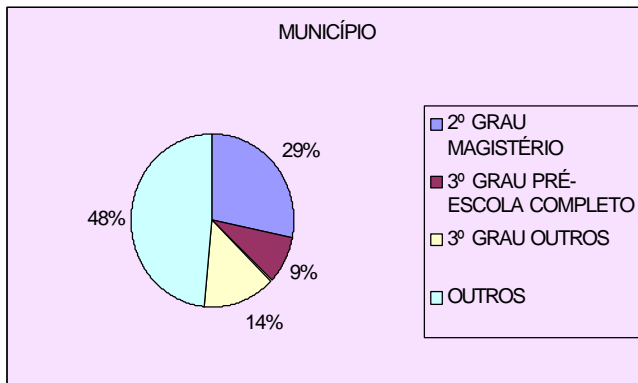
Fonte: NEPE/DECC/FURG

Gráfico 03- Tempo de serviço das professoras DE Educação Infantil – Rio Grande/RS, 1998

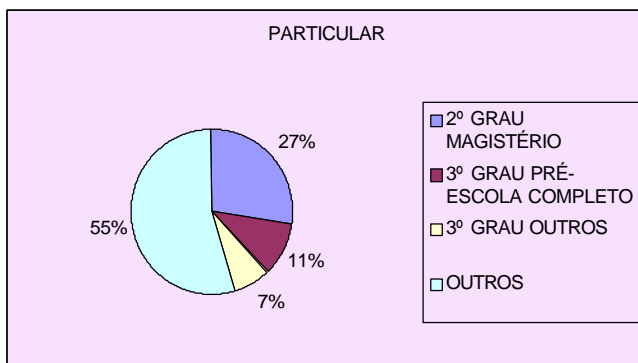


Fonte: NEPE/DECC/FURG

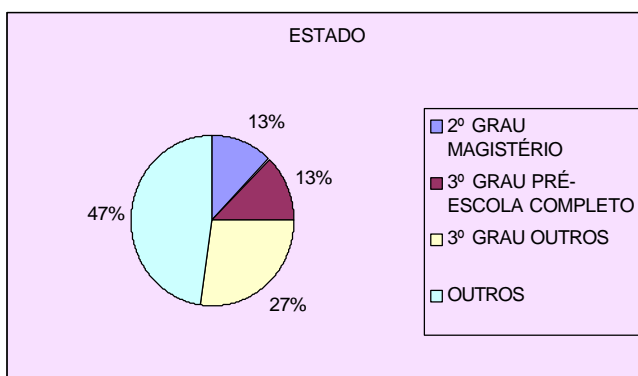
**Gráfico 04- Formação das professoras de Educação Infantil – Rio Grande/RS, 1998**



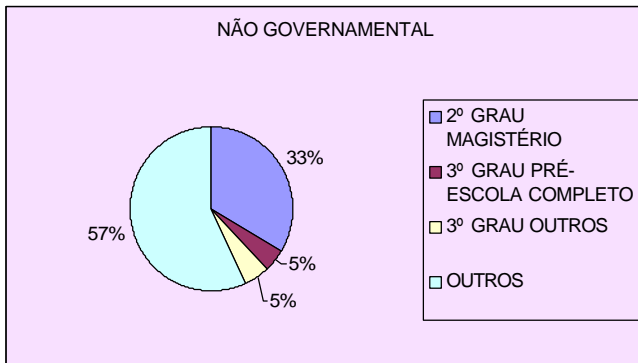
Fonte: NEPE/DECC/FURG



Fonte: NEPE/DECC/FURG

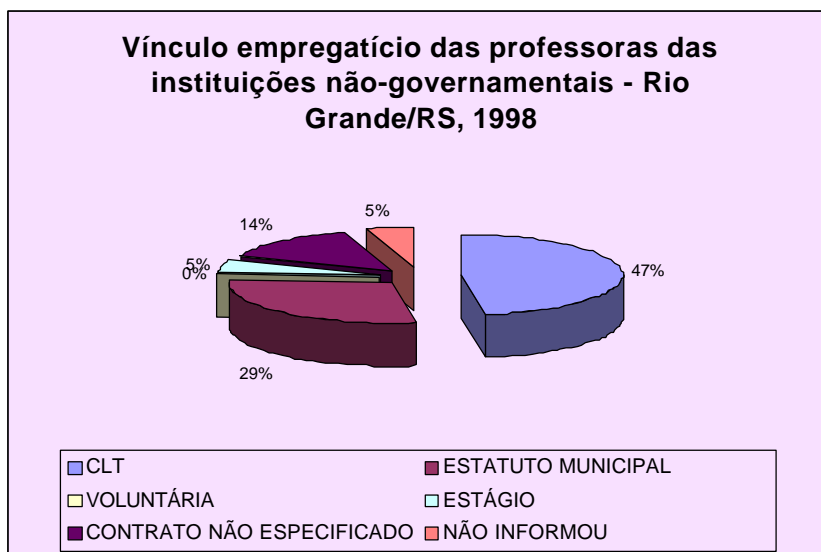


Fonte: NEPE/DECC/FURG

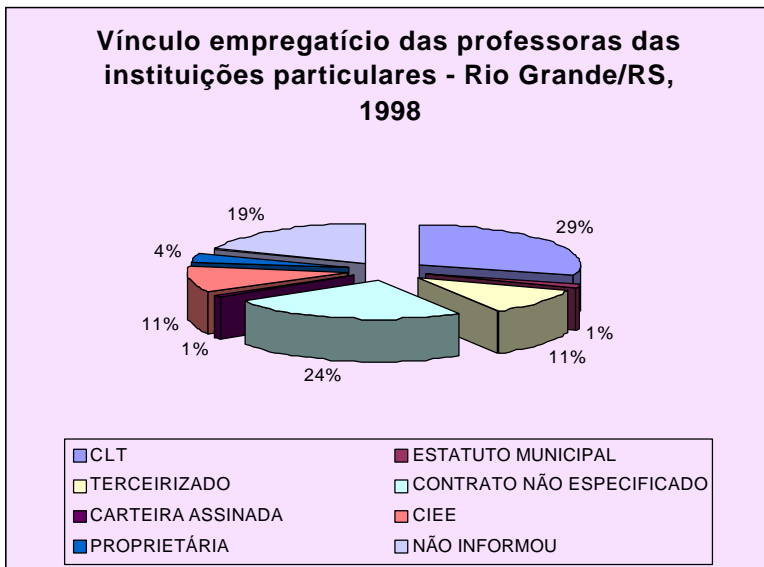


Fonte: NEPE/DECC/FURG

Gráfico 05 – Vínculo empregatício das professoras de Educação Infantil – Rio Grande/RS, 1998

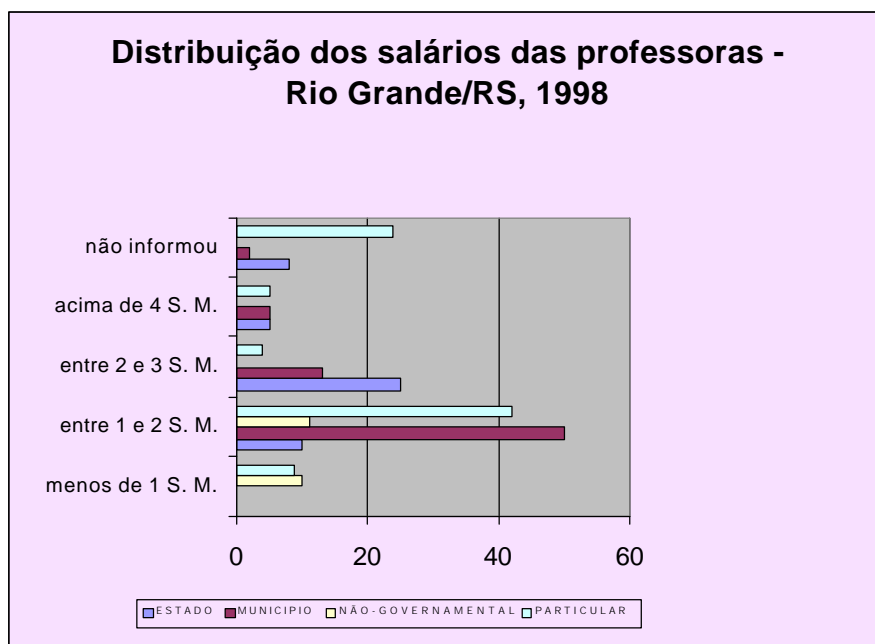


Fonte: NEPE/DECC/FURG



Fonte: NEPE/DECC/FURG

Gráfico 06 – Distribuição de salários das professoras de Educação Infantil – Rio Grande/RS, 1998



Fonte: NEPE/DECC/FURG

